

Arquitectos e Políticos

A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30

Gonçalo Canto Moniz

Assistente do Departamento de Arquitectura. Universidade de Coimbra



Capa de *O Século*

A década de 30 em Portugal é marcada pela reestruturação do aparelho do estado e do funcionamento da sociedade civil em função do programa político de Salazar, formalizado em 1933, com a aprovação de uma nova constituição. A constituição vem dar corpo ao Estado Novo, legitimando um conjunto de reformas que governaria Portugal até 1974.

Entre 1932 e 1943, Duarte Pacheco foi o construtor, no terreno, dessas reformas, dinamizando o Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC) através de uma organização que permitiu construir diversas redes de equipamentos em todo o território português. Para tal, desenvolveu um método de projecto que uniformizou o *modus operandi* das diversas comissões e dos diversos técnicos que constituíam a orgânica do ministério e que terá sido o principal fio condutor das propostas apresentadas.

No entanto, os restantes ministros tiveram também uma acção fundamental na definição de estratégias de actuação, criando diversas instituições que naturalmente obrigaram à construção de edificios centrais e de edificios de apoio regional e local. Esta acção terá definido as redes de equipamentos, isto é, os critérios de actuação no território e os programas funcionais que enquadram os diversos edificios. Assim, os ministros terão funcionado como clientes do MOPC.

1. Um novo modelo de sociedade

Os primeiros anos da Ditadura Militar são marcados pela falta de orientação política que leva à sucessiva queda dos governos. A presença de António Oliveira Salazar em alguns desses governos é gerida com subtileza procurando construir "um compromisso entre diversas forças políticas da direita e os vários sectores das 'forças vivas', a partir de uma base comum de rejeição do liberalismo herdado da I República e da apologia de um Estado política, económica e socialmente forte e interventor" ¹. Esta estratégia política é implantada lentamente a partir de 1928 com a sua tomada de posse como ministro das Finanças do governo de Vicente Freitas, nesse momento afirma: "Sei o que quero e para onde vou". A cumplicidade com o engenheiro Duarte Pacheco, então ministro da Educação, é selada nesse primeiro momento ².

O percurso de Salazar no ministério das Finanças dos diferentes governos tem, também, como objectivo eliminar qualquer hipótese de retomar o republicanismo e fortificar o consenso em volta do salazarismo³, fazendo valer o seu programa de reconstrução política e social, através do regime municipal e corporativo.

Em 1932, o presidente da República, general Óscar Carmona, convida-o a formar governo, iniciando a definição de um programa comum que irá informar a nova Constituição de 1933 e que fundamentalmente assenta nos seguintes princípios⁴:

1. O nacionalismo corporativo - centra a atenção nos organismos componentes da nação que reúnem os interesses dos indivíduos (as famílias, as freguesias, os municípios, as corporações).

2. O Estado Forte - opção pelo autoritarismo, ainda que "limitado pela moral, pelos princípios do direito das gentes, pelas garantias e liberdades individuais".

3. O intervencionismo económico-social - "não pode aspirar-se a constituir um Estado equilibrado e forte sem a coordenação e desenvolvimento da economia nacional", ficando consagrada a responsabilidade e o dever do estado em implantar, promover ou incentivar as grandes obras e melhoramentos.

4. O imperialismo colonial - representada no Acto Colonial de 1930.

Estes princípios preconizam um novo modelo de sociedade, o salazarismo, assente "(...) na moral nacionalista, corporativa e cristã, que haveria de presidir à política, às relações de trabalho, aos lazeres, à vida em família, à educação dos jovens ou à cultura em geral"⁵.

2. Políticas para as obras públicas

Este modelo de sociedade pressupõe a construção de uma nova organização do estado que iria assentar na ideia de "ordem", isto é "ordem nas finanças, pelo



Os ministros do governo de Oliveira Salazar em 1940

- 1.- ROSAS, Fernando, "O Estado Novo (1926-1974)", in *História de Portugal*, Mattoso, José (direcção), vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p.184
- 2.- Duarte Pacheco é incumbido de ir a Santa Comba Dão negociar com o professor as condições para retomar a pasta das finanças, que já tinha ocupado pontualmente em 1926.
- 3.- Óscar Carmona, presidente da República desde 1926, vai também gerir o exercício do poder e o conflito entre os diversos grupos políticos (os republicanos-conservadores, os militares republicanos, a direita antiliberal, os integralistas e os católicos conservadores), preparando a ascensão de Salazar a Presidente do Conselho.
- 4.- Rosas, Fernando, op. cit., p.199. Esta Constituição foi mais tarde apelidada de "Constituição Semântica" fortemente desmentida pela prática política e governativa do novo regime.
- 5.- *Idem*, p. 281
- 6.- *Idem*, p. 243
- 7.- Gonçalves, Fernando, "Urbanística à Duarte Pacheco", *Arquitectura*, 142, Ano III, 4ª Série, Julho 1981, p. 23
- 8.- *O Século*. Número Extraordinário Comemorativo do Duplo Centenário da Nacionalidade, Lisboa, Junho de MCMXL.
- 9.- *Idem*, p. 36
- 10.- *Idem*, p. 36
- 11.- *Idem*, p. 38
- 12 *Idem*, p. 89
- 13.- O ministério da Marinha centrou a sua actividade na qualificação e ampliação da Estação Naval do Alfeite, com o apoio do arquitecto Carlos Rebelo de Andrade, e desenvolveu uma vasta actividade construtiva através da Direcção das Construções Civas do Ministério da Marinha, construindo postos de pesca, capitânias, posto de rádio ou centros de aviação naval.
- 14.- *Idem*, p. 38
- 15.- *Idem*, p. 36
- 16.- O Ministro do Comércio e da Indústria, João Pinto da Costa Leite, e o Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, não terão tido uma intervenção directa na definição de critérios para a construção de obras públicas.
- 17.- "O princípio fundamental, ainda recentemente afirmado no decreto-lei nº31271 de 17 de Maio de 1941, é o da concentração de todas as obras desta natureza no Ministério das Obras Públicas e Comunicações"
- 18.- *Obras Públicas*, Cadernos do Ressurgimento Nacional, Edições SPN, s.d. (1942), p.71
- 19.- *Idem*, p.17. Lei 1914, de 24 de Maio de 1935
- 20.- Lobo, Margarida Souza, *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações, 1995, p. 40

equilíbrio do orçamento, ordem nas ruas e nos espíritos, pelo reforço dos poderes do estado"⁶. Neste sentido, o Estado deveria ser omnipresente, passando a controlar todos os sistemas organizativos e todo o território português.

Na supervisão do governo, Salazar implementa através dos seus ministérios medidas de reorganização das diferentes áreas políticas que lhe permitam assegurar o controle de todas as áreas de actividade pública e privada.

São, assim, criadas ou recriadas as estruturas de gestão desses ramos de actividade, como as juntas, os grêmios ou as federações, para reforçar o corporativismo e a institucionalização do Estado.

O primeiro grupo de ministros acompanha Salazar ao longo dos anos 30, reestruturando os ministérios e dinamizando a sua acção por todas as regiões do país. Esta medida visa adquirir o controle de todo o território e de todos os portugueses, criando uma rede complexa que deveria garantir a articulação entre o poder local, regional e nacional. Neste sentido, foi também fundamental o reforço do municipalismo⁷, controlado pelo partido único, a União Nacional.

A actividade dos ministérios e dos municípios é relatada, com especial dose de propaganda, na edição especial do *O Século*⁸ de 1940, proporcionando uma visão global da sociedade que o Estado Novo propôs para Portugal:

O ministro do Interior, Mário Pais de Sousa, realizou "uma acção intensa de moralização, defesa e protecção da Família e de assistência aos necessitados"⁹, dinamizando a assistência social do estado através da reforma dos equipamentos hospitalares.

O ministro da Justiça, Manuel Rodrigues Júnior, no governo desde o 28 de Maio, "prestigiou a Justiça e regulou, prestigiando-os também, a função dos julgadores"¹⁰, impondo um conjunto de reformas que se reflectem na construção de cadeias comarcãs e no arranque de novos tribunais.

O ministro da Agricultura, Rafael das Neves Duque, "realizou uma obra notabilíssima, na assistência técnica e financeira à lavoura, no desenvolvimento da pecuária, na melhoria e expansão das nossas frutas, no repovoamento florestal"¹¹, fomentando as obras da hidráulica agrícola, promovendo a Junta da Colonização Interna ou implantando a "Campanha do Trigo". O ministro da Marinha, Ortins de Bettencourt "contribui com a sua acção para que a Marinha de Guerra, prestigiada e engrandecida, seja o orgulho da Nação"¹² através da construção de 14 novos navios, do Arsenal do Alfeite, da Escola Naval e do novo impulso dado à Direcção das Construções Civis do Ministério da Marinha¹³.

O ministro da Educação Nacional, António Carneiro Pacheco, é o grande responsável pela política de educação do povo e pela utilização da educação como instrumento privilegiado de propaganda do Estado Novo desde 1936. "As reformas do ensino, feitas pelo Estado Novo, acabaram com o estéril enciclopedismo racionalista. Servem de base à preparação de homens robustos no físico e no espírito"¹⁴. A sua acção vai idealizar o Plano dos Centenários e criar a Mocidade Portuguesa.

O ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco, dotou "o País com a maior parte das grandes obras que fazem a glória da Revolução Nacional"¹⁵, construindo através das estruturas do ministério os equipamentos e as infraestruturas públicas encomendadas pelos restantes membros do governo.

Os diversos ministérios¹⁶ dinamizaram, assim, a vontade reformista do Estado Novo, construindo um novo mapa do território português através uma rede equipamentos públicos suportada por uma rede de comunicações, baseada nas estradas, no transporte marítimo e nos telefones.

No entanto, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC) deveria centralizar toda a gestão

das obras públicas¹⁷, dando resposta aos programas elaborados pelos diferentes ministérios. Assim, "reconheceu-se que, embora dentro deste princípio, o grande volume de obras a executar, a urgência de muitas delas, as características especiais que algumas delas apresentavam e o numeroso grupo de técnicos especializados que exigiam, aconselhavam a que, ao lado da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, existissem organismos - Juntas e Comissões Administrativas -, alguns dotados até de certa autonomia, mas todos dependentes do referido Ministério, aos quais se confiava a execução de parte dessas obras"¹⁸.

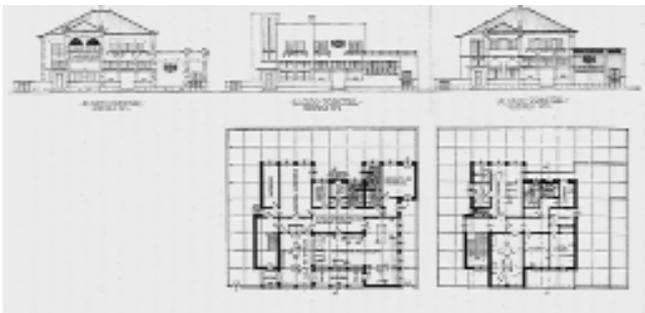
Esta política das Obras Públicas, delineada por Salazar e Duarte Pacheco, faz parte do "Plano de Reconstituição Económica"¹⁹ calendarizado e orçamentado para os 15 anos seguintes. Nesta estratégia desempenha um papel fundamental o Fundo do Desemprego, que deveria financiar as obras dos melhoramentos locais, compensando os municípios pela centralização política da nova organização do estado e empregando a população carenciada. É também neste contexto, que em 1934 se fixa a obrigatoriedade de se elaborarem planos gerais de urbanização para todas as sedes de concelho, tendo se iniciado o processo pela criação, em 1938, da "Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos"²⁰.

3. A rede de equipamentos públicos

Na década de 30, é possível distinguir três períodos da arquitectura do Estado Novo: o primeiro entre 1930 e 33, o segundo entre 1933 e 38, o terceiro entre 1938 e 40. Se o primeiro momento é marcado pela entrega directa de obras a arquitectos, pelo lançamento de alguns concursos públicos e pela acção pontual e pouco metódica de alguns gabinetes ministeriais (escolas e correios), o segundo momento ficará sempre ligado ao processo de arranque do Estado Novo com a



Casa dos Cantoneiros de Barca d'Alva



CTT, Projecto-tipo 2, arquitecto Adelino Nunes, 1935

21.- Sobre o assunto ver a bibliografia referida dos seguintes autores: Nuno Teotónio Pereira, Pedro Vieira de Almeida, José Manuel Fernandes e recentemente Sandra Vaz Costa.

22.- Santos, Boaventura Sousa, *Um Discurso sobre as Ciências*, Lisboa, Edições Afrontamento, 10ª edição, 1998, p. 15

23.- A Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses, criada em 1927, promoveu a construção de algumas linhas, a requalificação de um conjunto de instalações precárias, a criação de escolas e de um sanatório para os ferroviários, dinamizando um significativo apoio social aos seus trabalhadores com os projectos dos arquitectos Cottinelli Telmo (1923-1948) e Luís Cunha.

24.- Os processos de construção e ampliação dos portos marítimos foram geridos autonomamente pela complexidade e especificidade de cada situação, com especial relevo para o trabalho da Junta Autónoma da Ria e da Barra de Aveiro.

25.- Sobre este processo consultar: Costa, Maria Helena Santos, *Os Edifícios dos Correios do Estado Novo - um compromisso: o modernismo de Adelino Nunes versus o culturismo de Raul Lino*, Coimbra: Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2001.

reorganização do MOPC de modo a dar resposta aos múltiplos projectos que iriam construir as redes de equipamentos públicos no território nacional. O terceiro momento corresponde a uma iniciativa da propaganda do regime que vai envolver todos os arquitectos que tinham vindo a colaborar com o Estado Novo e que terá, segundo diversos autores, sido o primeiro momento de construção consciente de uma imagem arquitectónica e artística para o Estado Novo.

A discussão sobre a arquitectura produzida pelo Estado Novo, nomeadamente pelo MOPC, na década de 30 tem abordado, de um modo genérico, os aspectos da linguagem arquitectónica procurando reflectir sobre as suas cumplicidades com o movimento moderno, com o movimento das artes decorativas, com a tradição clássica, com o eventual estilo nacional ou com o carácter das arquitecturas regionais²¹.

Independentemente da linguagem arquitectónica que possa expressar estas três fases, interessa também compreender o processo segundo uma abordagem programática e metodológica. Isto é, compreender o modo como o cliente se relaciona com o arquitecto, o enquadramento político da encomenda e a organização que é construída para dar uma resposta eficaz a projectos complexos.

A metodologia de intervenção proposta por Duarte Pacheco, para o funcionamento dos organismos, assenta nos critérios da ciência moderna, isto é, "prever e controlar" o processo através da "redução da [sua] complexidade", o que implica "dividir e classificar para depois determinar relações sistemáticas entre o que se separou"²². Neste sentido, pretende-se compreender a realidade existente, estudar os modelos internacionais e uniformizar os critérios de intervenção. Assim, a Direcção Geral dos Monumentos Nacionais (DGEMN) cria os diferentes organismos com uma equipa multidisciplinar, composta por um engenheiro da direcção, que normalmente geria o organismo, um ou

mais elementos ligado ao ministério-cliente, que permitia estabelecer um diálogo ao nível das exigências programáticas e um arquitecto, que trabalharia na concepção dos projectos.

Esta equipa deveria começar por apresentar um levantamento da situação existente, apurando as necessidades de obras de restauro, de obras de ampliação ou de construção de novos edifícios. Depois deveria proceder à análise comparativa de projectos similares, o que implicava a realização de visitas de estudo ao estrangeiro. Por último, deveria ser definido um programa arquitectónico e elaborado um projecto tipo, que permitisse construir com rapidez e economia o maior número de edifícios. A uniformização da resposta a um problema obrigava, também, à definição de critérios para os projectos excepcionais.

Neste período, um conjunto de arquitectos, que viriam pela sua acção a marcar a arquitectura da primeira metade do século XX, é integrado nas diferentes comissões, contribuindo para a qualificação dos relatórios apresentados e para a qualificação dos serviços técnicos da DGEMN, como foi o caso de Cottinelli Telmo ou Adelino Nunes.

3.1 As infraestruturas públicas

Com base na política de desenvolvimento económico, o então ministro das Obras Públicas dinamizou a construção de uma rede de comunicações que estabelecesse, por um lado, as ligações entre a capital e todo o território português, incluindo as colónias, e, por outro lado, as ligações com Espanha, garantindo o acesso ao mercado externo. A rede rodoviária e de telecomunicações constituíram os processos mais estruturados, desenvolvendo-se soluções para todo o território nacional, enquanto que os processos das redes ferroviárias²³, portuárias²⁴ e aéreas foram direccionados para a resolução de situações particulares.

3.1.1 A Junta Autónoma de Estradas

A rede rodoviária recebeu o primeiro impulso com a criação da Junta Autónoma de Estradas em 1927. No entanto, é a partir de 1933 que, por decreto-lei, o governo amplia a sua acção e o seu orçamento, chegando a consumir a maior fatia das despesas do estado em infraestruturas. Dentro da orgânica da junta, vão também ganhar especial atenção a Divisão de Pontes e a Direcção dos Melhoramentos Locais, esta última com a incumbência de gerir as comunicações municipais. O desenho da rede viária foi traçado com uma grande preocupação pela adaptação à topografia do território, controlando os muros de suporte, os viadutos e a colocação de árvores nos limites das vias. Pretendia-se, assim, controlar o impacto da nova construção na paisagem, o que implicou, ainda, uniformizar dos elementos de protecção e de sinalização. Paralelamente, procurou-se assegurar o apoio, a manutenção e a vigilância nas estradas através da construção de postos de abastecimento, oficinas e casas dos cantoneiros.

3.1.2 As Comunicações Postais, Telefónicas e Telegráficas

O processo de modernização e ampliação das Comunicações Postais, Telefónicas e Telegráficas (CTT) foi dinamizado pela "Comissão para Elaboração do Plano Geral das Construções e Redes Telefónicas e Telegráficas", criada em 1934, com o objectivo levar definitivamente a todo o território a última inovação tecnológica que veio permitir a comunicação rápida à distância. Os CTT permitiam, também, o contacto directo com as colónias, contribuindo para a consolidação da política imperialista.

Paralelamente à construção da rede telegráfica e telefónica, foi iniciado um processo de construção dos edifícios dos CTT²⁵, que deveriam estar presentes em todas as localidades. O arquitecto Adelino Nunes será o responsável pelos projectos de arquitectura desenvolvidos dentro da comissão. A comissão realiza



Caixa Geral de Depósitos da Guarda, arquitecto Luís Cristino da Silva, 1938-1941

26.- Costa, Maria Helena Santos, *op. Cit.*, p. 85. Veja-se a reacção de Raul Lino e, mesmo de Duarte Pacheco, à primeira proposta de Adelino Nunes.

27.- Decreto-lei nº 26:643, de 28 de Maio de 1936

28.- Nunes, António Manuel, *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo*, Templos da Justiça e Arte Judiciária, Coimbra: Minerva, 2004, p. 73

29.- *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, (2), Março 1938; *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, (3), Abril 1938; *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, (4), Maio 1938



um levantamento das necessidades, visita as experiências realizadas em França e em Inglaterra e apresenta um plano, em 1937, que define uma estratégia de intervenção com um programa arquitectónico, uma classificação dos edifícios a construir, as prioridades de execução, três projectos-tipo e a possibilidade de se realizarem projectos excepcionais para terrenos difíceis.

Os projectos tipo que Adelino Nunes apresenta no plano partem de uma planta racional, que garante a autonomia das três funcionalidades dos edifícios -atendimento ao público, serviços técnicos e casa do gerente-, e prevêem duas hipóteses de alçados, um moderno e o outro regionalista. Paralelamente, Adelino Nunes elabora projectos especiais para as capitais de distrito que exploram o carácter urbano das cidades onde são implantados, optando, de um modo geral, por uma linguagem afirmadamente modernista. Estes projectos eram, no entanto, sujeitos aos pareceres de Raul Lino que considerava este estilo, por um lado, "apropriado ao género de serviço a que são destinados" e, por outro lado, "extemporâneo"²⁶, quando aplicado na proximidade da tradicional.

3.2 Os equipamentos da justiça

O ministro da Justiça, Manuel Rodrigues Júnior, propõe um novo sistema prisional²⁷ que se traduz na criação, dentro da DGEMN, da Comissão das Construções Prisionais, nomeada em 1936. Pretendia-se hierarquizar os edifícios prisionais em quatro tipos: cadeias comarcãs, cadeias centrais, cadeias penitenciárias e cadeias especiais. Paralelamente à discussão sobre este novo sistema, é também aprovada, em 1938, a "Lei da construção dos Palácios da Justiça de Lisboa e Porto e outros estabelecimentos", que não teve sequência imediata²⁸.

O arquitecto Cottinelli Telmo integra a comissão e fica responsável por elaborar o relatório²⁹ relativo às questões arquitectónicas e os projectos tipo. O relatório analisa algumas prisões modelares visitadas por Cottinelli, apresentando a

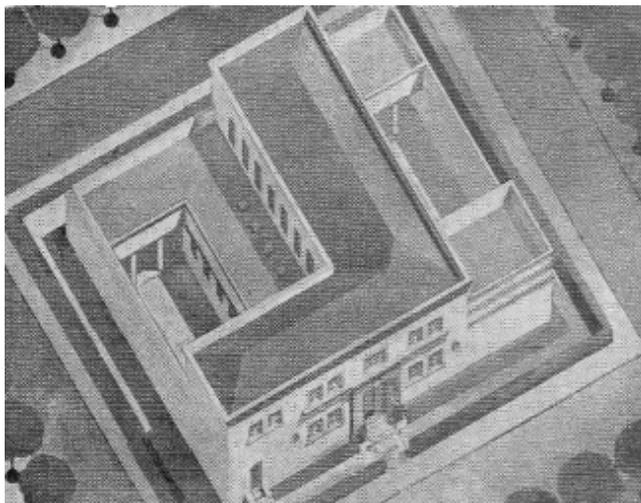
cadeia moderna de Brandenburgo, como o exemplo mais interessante.

Os projectos tipo são propostos a partir de um programa arquitectónico detalhado onde estão definidos com rigor a caracterização dos espaços, sendo de salientar as preocupações relativas às celas e aos pátios, aos aspectos construtivos, onde se opta pelo betão armado, pelo bloco de betão e pela alvenaria de pedra rija, procurando conciliar eficácia e economia, e os aspectos da linguagem, nem de estilo clássico, nem de estilo moderno, apenas de acordo com os critérios de proporção e do equilíbrio, dando unicamente atenção à porta principal.

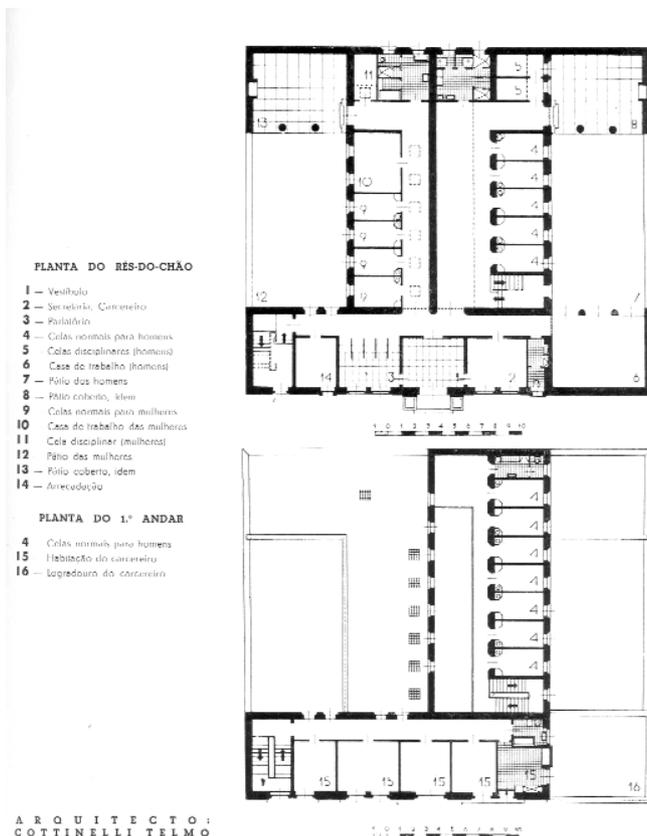
Os projectos-tipo serão aplicados nas diferentes comarcas pelo arquitecto Raul Rodrigues Lima, que substituiu Cottinelli Telmo em 1939.

3.3 Os equipamentos bancários

Em 1928, a Caixa Geral de Depósitos é reformada por Salazar para apoiar a sua estratégia de recuperação das finanças públicas, através da assistência financeira à economia nacional. Para tal, torna-se necessário ampliar a rede de



Perspectiva aérea da Cadeia Comarca tipo A, arquitecto Cottinelli Telmo, 1938



Cadeia Comarcã, Projecto-tipo A, architecto Cottinelli Telmo, 1938

agências, dando continuidade às agências projectadas por Profirio Pardal Monteiro entre 1919 e 1928 como Architecto-Chefe da CGD, para Lisboa, Setúbal e Porto.

A partir de 1936, a Comissão Administrativa das Obras da Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência conta com a presença de Luís Cristino da Silva para realizar os projectos das agências de Espinho (1937), Guarda e Castelo Branco (1938), Elvas (1940), Leiria, Beja, Loulé e Setúbal (1941), e de João Simões para Portalegre (1937) e Famalicao (1939). As propostas reflectem o compromisso possível entre uma linguagem de base moderna e os formalismos de gosto impostos pela encomenda oficial. Esta ambiguidade revela-se no trabalho de volumes puros sob forte iconografia nacionalista, onde se salienta o investimento dado ao portal da entrada com o grafismo caracterizador da Caixa Geral de Depósitos.

3.4 Os equipamentos da educação

A construção de escolas primárias acompanha as preocupações de racionalização de meios da gestão do ministro Duarte Pacheco e põe fim aos projectos pontuais, realizados pelos architectos da DGEMN³⁰, como a Escola Primária do Arco do Cego³¹.

Em 1933, Raul Lino e Rogério de Azevedo são contratados pela DGEMN³² para elaborar os "Projectos tipo Regionalizados" de acordo com a Memória do "Ante-Projecto do Plano Geral de Tipos - Regionais de Escolas Primárias Officiais a Construir em Série" redigida por Guilherme Rebello de Andrade. Ambos tinham experiência neste tipo de programas e representavam a arquitectura qualificada de Lisboa e do Porto. Duarte Pacheco propõe construir uma rede de escolas, uniformizadas por região, que obedecesse aos critérios pedagógicos e higienistas da época. São projectados 44 variações de 9 tipos diferentes.

Em ambos os casos, os projectos reflectem as características das regionais, mas também o gosto romântico pela forma, no caso de Raul Lino, e a

30.- Jorge Segurado, Rogério de Azevedo, Baltasar de Castro, Guilherme Rebello de Andrade, Manuel Fernandes de Sá ou Eugénio Correia, alguns destes architectos tinham transitado da Direcção das Construções Escolares do Ministério da Instrução Pública.

31.- Projectada em 1932 por Jorge Segurado e construída entre 1933 e 1937, sendo posteriormente alterada, por imposição de Salazar, para Liceu D. Filipa de Lencastre, que veio a ser inaugurado em 1940

32.- Apesar de serem ambos funcionários da DGEMN, foram contratados em regime de ajuste particular.

racionalidade granítica, no caso de Rogério de Azevedo. Estas escolas levaram a todo o território português a arquitectura culta, estabelecendo um estereótipo formal da nova arquitectura portuguesa, principalmente com as propostas da região norte.

A entrada de Carneiro Pacheco, em 1936, para o Ministério da Educação Nacional iria consolidar e ampliar a ideia de que o melhor veículo para transmitir as propostas sociais do Estado Novo seria a educação. Na educação do povo, o ministério lança três medidas fundamentais: novos conteúdos pedagógicos, a mocidade portuguesa e um plano de construções, denominado Plano dos Centenários. Estas novas escolas seriam o reflexo do encerramento do Estado Novo na construção da sua própria imagem.

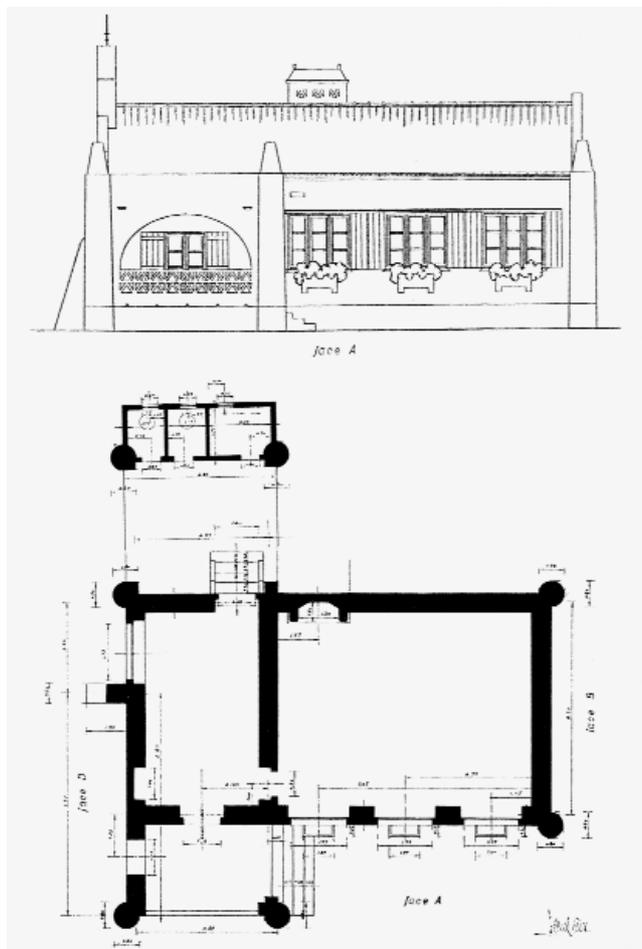
Nas construções liceais, o processo é semelhante. Os concursos para os liceus nacionais de Beja, Coimbra e Lamego e as suas propostas programática e formalmente modernas, mesmo no caso de Lamego, tiveram como sequência a substituição da Junta dos 40 Mil, anteriormente dinamizada pelo próprio Duarte Pacheco enquanto ministro da Instrução Pública, pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário em 1934. Imediatamente é preparado um novo plano, denominado "Plano de 1938", para a construção de dez novos liceus, sendo os projectos elaborados pelos arquitectos da junta: Francisco Assis e José Costa e Silva, que reduziram a resposta ao programa com soluções esquemáticas e linguagem uniformizada. Os projectos entregues a arquitectos exteriores à junta, como Januário Godinho, acabaram por ser revistos segundo os critérios internos.

3.5 Os equipamentos de apoio à agricultura

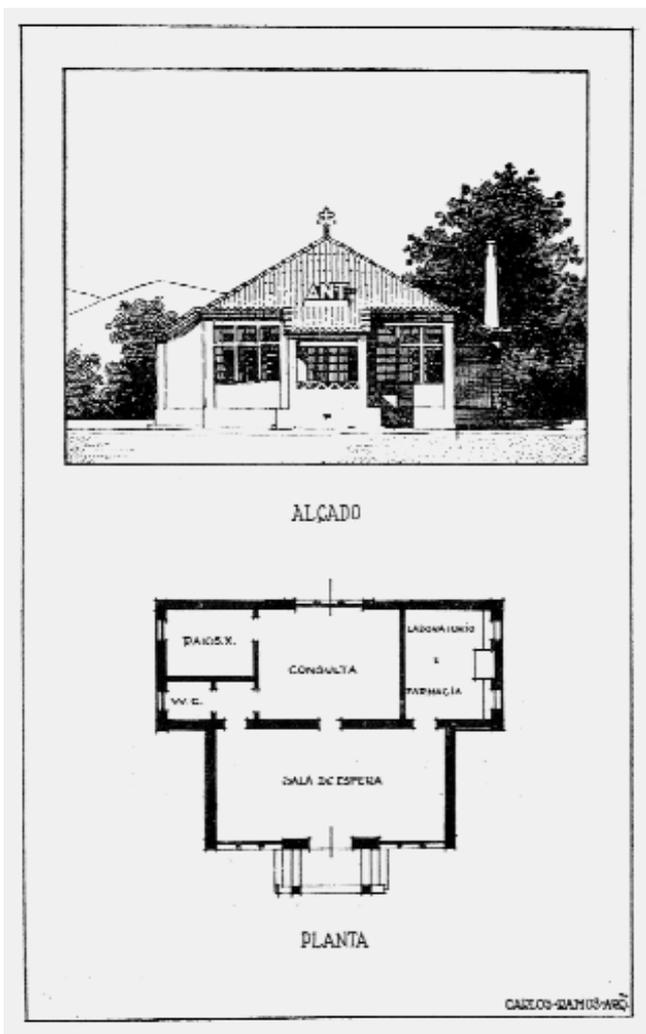
O ministério de Rafael Duque desenvolveu um conjunto de reformas que, sob a égide do corporativismo, criou estruturas de apoio local a todos os ramos da actividade agrícola. Esta acção obrigou à construção de um grande

número de edificios de fiscalização, controle e armazenamento no mundo rural. O campo passou a ter na sua paisagem as adegas, da Junta Nacional do Vinho e da Junta Nacional do Azeite, e os silos, da Junta Nacional do Pão.

Paralelamente procedeu à florestação, que alterou radicalmente a paisagem do território, e à construção de uma rede de casas dos guardas florestais, segundo



Escola Primária tipo Algarve, salas de aula, arquitecto Raul Lino, 1935



Dispensário Anti-tuberculoso, projecto-tipo, arquitecto Carlos Ramos, 1935



"As grandes Obras do Estado Novo"



Federação dos Vinicultores do Dão, Nelas

33.- Carvalho, Lopo, *A luta contra a tuberculose em Portugal*, Lisboa, ANT, 1935, p. 19
 34.- *O Século*. Número Extraordinário Comemorativo do Duplo Centenário da Nacionalidade, Lisboa, Junho de MCMXL, p.39

projectos-tipo elaborados a partir de um programa-base previamente estabelecido. Estes projectos seriam realizados inicialmente por engenheiros silvicultores ou desenhadores formados em condução de obras públicas, passando, mais tarde, esta tarefa para a tutela do MOPC.

Este ministério promoveu ainda as obras da hidráulica agrícola para criar condições favoráveis ao desenvolvimento da agricultura. Para tal empreendimento é montada a Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola que apresenta um Plano Hidroagrícola de 1935. Imediatamente avançam os projectos para o Vale do Sado e para a Campina de Idanha, com a colaboração do arquitecto Cassiano Branco na Barragem Salazar (1936) e na Barragem Marechal Carmona (1937-48).

3.6 Os equipamentos da saúde

A reforma dos equipamentos hospitalares do ministro do Interior, Dr. Mário Pais de Sousa, ficou limitada aos processos lentos dos hospitais centrais de Lisboa e do Porto. Apenas com o apoio do ministério, a Assistência Nacional aos Tuberculosos (ANT) elabora um "Plano de luta contra a tuberculose", em 1935, que promove a realização de projectos-tipo para os diferentes edifícios de apoio à luta nacional contra a tuberculose: os sanatórios, hospitais e preventórios, projectados por Vasco Regaleira; os dispensários distritais e concelhios, projectados por Carlos Ramos. Com este "armamento antituberculoso", pretendia-se controlar o desenvolvimento da doença através do funcionamento em rede dos diferentes equipamentos, sendo que "a distribuição dos estabelecimentos a construir e a respectiva lotação deveriam ser baseadas na taxa de mortalidade local pela tuberculose"³³.

Segundo o modelo implementado em França, Alemanha ou Estados Unidos, a actuação dos dispensários incidia no diagnóstico da doença, na terapêutica, na assistência social à população

contaminada e na propaganda activa de medidas de prevenção à sua propagação.

4. A arquitectura do Estado Novo

Na página do O Século com o título "As grandes obras do Estado Novo" é apresentado, para além da remodelação do edifício da Assembleia da República, um conjunto de obras modernas: a Escola Naval e o Arsenal do Alfeite, o Liceu de Beja, o Liceu Filipa de Lencastre e o Instituto Superior Técnico³⁴. Estas obras, promovidas no início dos anos 30 pelos governos da Ditadura Militar, introduziram em Portugal os valores e as imagens da arquitectura moderna internacional. No entanto, é no momento em que o Estado Novo promove a propaganda nacionalista com a comemoração dos centenários, que elege, paradoxalmente, a arquitectura moderna como a sua imagem.

Estas imagens representavam "Obras Públicas", isto é, equipamentos públicos que simbolizavam o sucesso de uma política de desenvolvimento económico e de formação de um espírito novo, moldado à nova ordem.

Mais do que a linguagem moderna, estes novos equipamentos revelam um processo moderno de construir os equipamentos públicos segundo critérios de avaliação de necessidades, pesquisa de modelos internacionais, elaboração de programas e definição de soluções tipificadas. Como refere Cottinelli Telmo no relatório das cadeias comarcãs: "De sabor clássico? De sabor moderno? Nem pensamos nisso. Proporções, equilíbrio" e, mais à frente, continua "Cadeias comarcãs (...) tornar-se-iam impróprias ou até ridículas se na aparência não revelassem o critério de economia que presidiu ao estudo de todas as suas partes e que se traduz nas fachadas por uma grande sobriedade". De facto, é o critério da "economia" que orienta as políticas do Estado Novo, mesmo a política das Obras Públicas.